

### 3

## As Novas Tecnologias da Informação, a Leitura e a Escrita

É inegável que está acontecendo em todo o mundo, um amplo e acelerado processo de mudanças que vem deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos, em tempos anteriores, uma base de estabilidade no mundo social.

Muitos autores têm oferecido interpretações sobre este momento chamado de Pós-Modernidade ou, como querem outros, Modernidade Tardia. O que se pode notar num apanhado geral sobre as teorias existentes é que há uma forte heterogeneidade entre elas, algumas com posições conceituais bem próximas, outras apresentam posições conflitantes. De um modo geral, todas elas oferecem leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas algumas características da atualidade são comuns em quase todas as análises: a fragmentação e a ruptura. Um outro ponto refere-se à ênfase que cada teoria dá a determinados aspectos do chamado pós-modernismo. Assim, umas focam sua atenção mais nas condições de produção do conhecimento; outras nos reflexos das mudanças sobre a sociedade e os indivíduos; outras enfatizam as condições de produção da ordem capitalista, e outras no papel das novas tecnologias da informação em todo este processo de transformação social. Para os objetivos deste trabalho, serão de maior importância estas últimas, quando centraremos nossas análises a partir dos trabalhos de Pierre Lévy e Manuel Castells.

### 3.1

#### A Revolução Tecnológica da Informação segundo Manuel Castells

No campo das teorias pós-modernas, alguns autores consideram que as transformações da atualidade são resultantes de uma revolução gerada, principalmente, pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, especialmente pela interconexão dos computadores em rede mundial. Dentre estes autores, Manuel Castells e Pierre Lévy são expoentes desse pensamento e iremos falar sobre seus trabalhos a seguir.

Manuel Castells em “A Sociedade em Rede” (2005) e “A Galáxia da Internet” (2003), analisa a sociedade contemporânea a partir de sua organização em uma rede global de informação. Segundo o autor, estamos imersos em uma nova estrutura social, cujos contornos são dados por um novo paradigma, o paradigma tecnológico, resultando daí um novo formato de organização social, *a sociedade em rede*, cujos desdobramentos são novas práticas sociais, bem como alterações da vivência do tempo e do espaço como parâmetros da experiência social. O crescimento acelerado das redes interativas de computadores leva ao surgimento de novas formas e novos canais de comunicação, que, por sua vez, tanto moldam a vida como acabam sendo moldadas por ela. Uma vez que a chamada *revolução da tecnologia da informação* tem um alto poder de penetrar em todas as esferas da atividade humana, o autor opta por utilizá-la como ponto de partida em suas análises da nova economia, cultura e sociedade que vem se formando. Mas, esclarece que tal opção metodológica não quer dizer que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação na tecnologia:

“É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia *é* a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.”

(Castells, 2005, p. 43)

Para o autor, apesar de a sociedade não determinar sua tecnologia, ela pode, através de suas instituições, principalmente do Estado, impedir ou, ao contrário favorecer o seu desenvolvimento. Desta forma, a tecnologia traduz a capacidade que uma determinada sociedade possui para impulsionar seu domínio tecnológico.

As novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de trocas, praticamente instantâneas de informação, capital e comunicação cultural. Ao examinar os processos de globalização que, segundo diz, ameaçam tornar insignificantes países e povos inteiros excluídos das redes de informação, ele chama essa estrutura social de “sociedade informacional”, mas alerta que, de certo modo, esta forma de nomear não é de todo correta, pois ela implicaria a

homogeneidade das formas sociais em todos os lugares sob o novo sistema, e não é assim que ocorre: “embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo fossem processos inseparáveis em escala global, as sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições” (2005, p. 56). Ainda assim, o autor acredita que todas as sociedades atuais são afetadas por estas duas forças, o capitalismo e o informacionalismo, e quase todas, principalmente as mais importantes no cenário mundial, já são sociedades informacionais, mas, de tipos distintos, dado os diferentes contextos, cujas expressões culturais e institucionais são específicas.

A atual revolução tecnológica teve sua origem e difusão, “não por acaso” diz ele, em um momento histórico no qual, de maneira ampla, o capitalismo estava se reestruturando e, assim, a tecnologia foi uma ferramenta de ajuda básica nesse processo. A nova sociedade que surge a partir desse processo de mudança é, portanto, capitalista e, ao mesmo tempo, informacional, mas, não devemos nos esquecer das variações históricas nos diversos contextos, de acordo com sua própria cultura, história, suas instituições e, ainda, com sua relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional.

Castells chama para a nova economia que começou a surgir em finais do século XX de “informacional, global e em rede” (2005, p. 119), e explica cada termo usado da seguinte forma: por *informacional* deve-se entender a capacidade de produção e de competição que empresas ou nações possuem e que, por sua vez, guardam íntima dependência de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de maneira eficaz a informação baseada em conhecimentos. O *global* deriva da organização ampla e abrangente das principais atividades produtivas, do consumo e da circulação, bem como dos seus componentes como trabalho, capital e matéria-prima, por exemplo, de maneira direta ou através de uma rede de conexões entre agentes econômicos. O termo *rede* justifica-se porque a produtividade é gerada e a concorrência acontece em uma rede global de interação entre redes empresariais. Dado o alto poder de alcance e flexibilidade das redes interativas, a própria informação é o produto do processo produtivo.

Como não poderia deixar de ser, o processo de trabalho encontra-se em plena transformação na nova sociedade em rede. O autor diz que esta transformação tanto tecnológica quanto administrativa, bem como das relações produtivas nas

empresas em rede é o instrumento principal por meio do qual o novo paradigma informacional e o processo de globalização influenciam a estrutura social como um todo. Castells (2005) faz uma ampla análise desta transformação ao longo das últimas décadas, buscando entender as tendências que ele chama de contraditórias, observadas nas modificações dos padrões de trabalho e emprego no decorrer deste tempo. Diferentemente das teorias do pós-industrialismo e informacionalismo, o autor acredita que, apesar de haver uma tendência comum na evolução da estrutura do emprego, próprias às sociedades ditas informacionais, como a norte-americana, por exemplo, existe também uma variação histórica de modelos de mercado de trabalho de acordo com as diferentes instituições, cultura e ambientes políticos. Ou seja, “o novo paradigma informacional interage com a história, instituições, níveis de desenvolvimento e posição no sistema global de interação de acordo com as diferentes redes” (ibid, p.266).

Com relação ao aumento ou diminuição dos níveis de emprego na sociedade informacional, o autor analisa que a tecnologia em si não é a causa para o desemprego ou para uma maior oferta deste.

“Empregos estão sendo extintos e novos empregos estão sendo criados, mas a relação quantitativa entre as perdas e os ganhos varia entre empresas, indústria, setores, regiões e países em função da competitividade, estratégias empresariais, políticas governamentais, ambientes institucionais e posição relativa na economia global. O resultado específico da interação entre a tecnologia da informação e o emprego depende amplamente de fatores macroeconômicos, estratégias econômicas e contextos sociopolíticos.”

(ibid, p.328)

Ele avalia, ainda, baseado em uma série de estudos realizados nas economias avançadas, que há uma redução do tempo de trabalho por unidade de produção e, além disto, os tipos de trabalho mudam em qualidade, quantidade e na natureza do trabalho executado. Há, portanto, uma demanda por uma nova força de trabalho, com uma maior qualificação na área informacional, sendo que, sob as condições do novo sistema produtivo, estão ameaçados de extinção ou rebaixamento os indivíduos ou grupos que não possuam estes conhecimentos.

Castells reconhece que com o endurecimento da lógica do capitalismo desde a década de 80, houve uma polarização social, isto é, parcelas de excluídos

das redes produtivas numa ponta e os engajados no mercado de trabalho em outra. No entanto, ele não acredita que esta seja uma situação irreversível, defende a possibilidade de reverter esta tendência com políticas deliberadas visando o reequilíbrio da estrutura social. Se não houver este tipo de ação e as forças da concorrência puderem agir sem controle algum, o emprego e a estrutura social caminharão para um cenário dualizado entre incluídos e excluídos.

O modo produtivo herdado do industrialismo, hoje sob influência das novas tecnologias da informação e das empresas em rede, encontra-se frente a um novo modelo de trabalho flexível e um novo tipo de trabalhador: o trabalhador de jornada flexível, ou seja, aquela jornada que foge ao modelo tradicional de 35/40 horas semanais em expediente integral.

Castells faz uma exaustiva abordagem sobre o conceito de tempo na sociedade em rede. Segundo ele, o capital não mais atrelado ao tempo e o distanciamento da cultura cronológica, são facilitados de maneira decisiva pelas novas tecnologias da informação e embutidas na estrutura da sociedade em rede. É uma profunda transformação que altera completamente a idéia de tempo linear, irreversível, mensurável e previsível, tornando-o, agora, um tempo fragmentado. Ele aponta para o surgimento de um novo conceito de temporalidade que chama de *tempo intemporal*, que é “a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto possa oferecer ao presente eterno (ibid, p.526).

Castells diz que a estrutura social que surge nos tempos atuais, tende a negar o tempo, a comprimi-lo até o limite e, desse modo, fazer desaparecer a seqüência temporal. Relacionado ao mundo do trabalho, novas formas de crises econômicas são produto da invalidação do conceito de tempo e da manipulação do tempo por mercados de capitais globais que são gerenciados eletronicamente. A mão de obra, agora necessariamente qualificada para gerenciar seu tempo de maneira flexível, algumas vezes acrescenta mais horas de trabalho, em outras, faz adaptações a cronogramas flexíveis, com redução de horas de trabalho e, conseqüentemente, de salário. A diversificação do tempo e dos horários de trabalho reflete a tendência à desagregação do mesmo. Nas novas sociedades informatizadas, a representação do tempo transforma-se pela simultaneidade e

intemporalidade. Diálogos em tempo real mediados pelos computadores derrubam barreiras temporais, num horizonte aberto, sem começo, sem fim ou seqüência pré-determinada. Toda a ordenação dos eventos que interessam ao usuário organiza-se em ordenações temporais condicionadas ao contexto social de sua utilização. Para o autor, é, ao mesmo tempo, uma cultura do eterno e do efêmero: “É eterna porque alcança toda a seqüência passada e futura das expressões culturais. É efêmera porque cada organização, cada seqüência específica depende do contexto e do objetivo da construção cultural solicitada” (ibid, p.554).

O conceito de rede é, como vimos, uma categoria central para analisar a sociedade contemporânea, em Castells. Para ele, a morfologia da rede constitui nossa organização social, definindo os diferentes domínios da atividade e da experiência humana atual.

### **3.2 A Cibercultura de Pierre Lévy**

O filósofo francês Pierre Lévy, é um dos mais importantes estudiosos das transformações vividas pelas sociedades atuais, com a entrada das tecnologias digitais. Possui vários livros publicados no Brasil, entre os quais: “As Tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática” (1993); “O que é o Virtual” (1996); e “Cibercultura” (1999).

Assim como Castells, apesar de não apresentar a ampla base de dados de pesquisa como este, acredita que as novas tecnologias digitais, em especial a Internet, vêm transformando os ritmos e modalidades da comunicação entre os indivíduos ao ponto de causar uma verdadeira revolução na sociedade, redefinindo suas organizações e as subjetividades individuais. A técnica é o pano de fundo de toda esta mudança, conduzindo a uma revisão tanto da filosofia política quanto da filosofia do conhecimento, assim como uma redistribuição das configurações do saber que havia se estabilizado desde a época da imprensa.

Lévy não opõe as pessoas e suas técnicas, pois acredita que elas se constituem mutuamente. Discorda daqueles que consideram que só as técnicas antigas é que são culturais e portadoras de valores, ao passo que, as novas, seriam negativas e alienantes. Em suas palavras: “Alguém que condena a informática não pensaria nunca em criticar a impressão e menos ainda a escrita. Isto porque a

impressão e a escrita (que são técnicas!) o *constituem* em demasia para que ele pense em apontá-las como estrangeiras.” (1993, p. 15). Em outras palavras, além da tendência de condenar aquilo que nos é estranho, temos, inclusive dificuldade de perceber que estão nascendo novos estilos de saber, justamente porque eles são diferentes dos critérios e definições que já conhecemos e que nos constituíram desde o princípio. Lévy discorda fortemente de autores como Paul Virilio e Jean Baudrillard devido a visão pessimista destes em relação às mudanças sociais relacionadas às novas tecnologias. Para ele, mais do que lamentar o “declínio da cultura geral” ou a “derrota do pensamento” (ibid, p.118), como apregoam os críticos, seria mais produtivo tentar entender esta nova realidade, acompanhar de perto as mudanças e apontar caminhos para que tais mudanças revertam-se em benefício dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Um dos princípios fundamentais apontados pelo autor em seus trabalhos, é que, as técnicas, não são entidades autônomas que pairam acima dos indivíduos e dos grupos sociais. Ao contrário, em um dado momento histórico, tanto o significado quanto o papel de uma determinada técnica vincula-se a um projeto social mais amplo. Ela é, assim, o resultado de diversos movimentos que acontecem na ordem do social, como por exemplo, disputas entre os diversos atores sociais, novas descobertas do campo científico que podem alterar seu uso e objetivo, ou até mesmo os embates de projetos rivais pela supremacia no campo. Vejamos, então, em suas palavras:

“As técnicas não determinam nada. Resultam de longas cadeias inter cruzadas de interpretações e requerem, elas mesmas, que sejam interpretadas, conduzidas para novos devires pela subjetividade em atos dos grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela. Mas ao definir em parte o ambiente e as restrições materiais das sociedades, ao contribuir para estruturar as atividades cognitivas dos coletivos que as utilizam, elas *condicionam* o devir do grande hipertexto. O estado das técnicas influi efetivamente sobre a topologia da megarede cognitiva, sobre o tipo de operações que nela são executadas, os modos de associação que nela se desdobram, as velocidades de transformação e de circulação das representações que dão ritmo a sua perpétua metamorfose. A situação técnica inclina, pesa, pode mesmo interditar. Mas não dita.”

(ibid, p.186)

Ao situar as tecnologias intelectuais num terreno político, dependentes de projetos e dos atores sociais envolvidos, podemos notar uma convergência de pensamento entre Lévy e Castells. Para eles, não há neutralidade tecnológica, uma vez que elas fazem parte dos jogos de poder que movem as sociedades desde sempre.

Em “O que é o Virtual” (1996), o autor trata das transformações intensas que vivenciamos com a introdução dos computadores e das redes digitais em nosso cotidiano. O desenvolvimento de equipamentos e programas que tornam possível a simulação de situações reais leva os usuários a experimentarem uma *realidade virtual*, que, de maneira simplificada, seria esta nova maneira de concebermos o tempo e o espaço, assim como a forma de nos relacionarmos, propiciadas pelas novas tecnologias computacionais. Lévy começa por não opor o real ao virtual, e sim, ao atual. A virtualização seria, então, o movimento inverso da atualização. A atualização seria a “invenção de uma solução exigida por um complexo problemático” (ibid, p.17) e a virtualização “consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma ‘elevação à potência’ da entidade considerada. A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado” (ibid, p.17-18).

O virtual possui como uma de suas características fundamentais, o desprendimento do momento presente, do aqui e agora. Em outras palavras, no campo da virtualidade, não existe mais um situar-se num local preciso, definido, ao contrário, há uma dispersão, um deslocar-se constante, sempre em novas reconfigurações e em tempos diferentes, desligados da temporalidade do relógio e do calendário, como costumamos vivenciá-lo. São novos espaços e novas velocidades, possibilitadas pelo aparato técnico de todo este processo de virtualização, a rede mundial de computadores, bem como todas as tecnologias complementares que possibilitam a comunicação e a troca de dados e informações em altíssima velocidade. Estas tecnologias digitais da informação estão moldando as culturas e as inteligências dos grupos, sem perder de vista, que elas também são moldadas por estas inteligências. Lévy chama para esta forma de inteligência mediada pela rede, em permanente troca de conhecimentos e cooperação, de *inteligência coletiva*. Esta inteligência, no ideal mobilizador da rede informática, seria “a valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as

competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja sua diversidade qualitativa e onde quer que esta se situe (1999, p.167).

Na introdução do seu livro “Cibercultura” (1999), Pierre Lévy, diz que, apesar de se considerar um otimista, não acredita que a Internet será a panacéia dos problemas do mundo. E, como já havia demonstrado em seus livros anteriores, acredita que a escolha será nossa, do coletivo humano, uma vez que, a técnica em si, não determina a salvação ou a ruína social, ela nos dá poderes e, ao mesmo tempo, traz, para o plano material, nossas intenções e projetos. Aponta para a necessidade de tentar compreender as mudanças sociais pelas quais estamos passando, com vistas a um desenvolvimento destas tecnologias em proveito de todos.

Os conceitos de “ciberespaço” e “cibercultura” são, em linhas gerais, assim definidos: o ciberespaço “é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores<sup>1</sup>”, aqui englobado não só a infraestrutura material necessária para a comunicação, como também todas as informações circulantes e todos os indivíduos que o utilizam. A cibercultura, por sua vez, “especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (ibid, p.17).

Lévy reconhece que a velocidade de transformação é tão grande na cibercultura, que qualquer um de nós, mesmo os que têm um domínio da técnica, encontra-se, em maior ou menor grau, ultrapassado pela mudança. Um outro ponto que ele faz questão de esclarecer é que, o crescimento do ciberespaço não leva automaticamente ao desenvolvimento da inteligência coletiva, simplesmente fornece um ambiente favorável para ela. Admite ainda que existem problemas sérios relacionados às redes interativas, do tipo: vício e dependência da rede, isolamento e estresse pelo trabalho diante da tela, exploração, domínio de alguns países frente aos outros etc. Lembremos que Castells (2003, 2005), também aponta vários dos problemas citados por Lévy, como o monopólio das potências econômicas, a exclusão dos que não têm acesso às tecnologias, o teletrabalho vigiado etc.

Discutindo a essência da cibercultura, o autor diz que ela é *universal sem totalidade*. Isto é, ela aceita todas as informações, qualquer um pode acessar a

rede e de qualquer lugar, por isso é universal, mas, ao mesmo tempo, não tem um centro controlador ou uma linha diretriz, por isso não é totalizável. Todos podem contactar todos, independente de quem sejam. Tal característica não significa que haja neste universal uma pretensa neutralidade. Na verdade, defende ele, as interconexões já apresentam, e a tendência é aumentar, desdobramentos nas atividades econômicas, políticas e culturais, que, por sua vez, geram transformações nas condições de vida dos indivíduos. Essa interconexão generalizada, que move a rede, apresenta-se como uma nova forma de universal, aquela onde não é mais necessário um sentido fechado semanticamente. O que dá o caráter de universal, agora, é o contato de todos com todos, essa interação geral que a rede informática propicia.

Uma das teses defendida pelo filósofo, é que a existência do ciberespaço é, muito mais, um movimento social do que um fenômeno técnico, como querem alguns. Na medida em que promove o encontro e a troca entre pessoas que possuem aspirações, desejos, frustrações, ou seja, entre seres humanos e não máquinas, não podemos encará-lo como um fenômeno puramente técnico. Como movimento social, possui um grupo de indivíduos que estão à frente do processo: os jovens escolarizados dos grandes centros; possui seus princípios norteadores, ou suas palavras de ordem, como quer o autor: interconexão, criação de comunidades virtuais e inteligência coletiva e tem também suas aspirações, sendo a maior delas reunir todos os indivíduos numa rede cooperativa em torno de interesses comuns e de compartilhamento de saberes.

A emergência desta nova cultura, a cibercultura, introduz profundas modificações em um domínio que, para as finalidades deste estudo, reveste-se da maior importância: o domínio do saber e da educação. Assim sendo, uma das transformações mais importantes, e já em processo, é a velocidade com que os conhecimentos se tornam obsoletos. Um estoque de conhecimento necessita ser constantemente renovado sob pena de ficar sem validade, ultrapassado pelas novidades que fluem velozmente pelas redes digitais.

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho utilizarei os termos ciberespaço, rede e web como sinônimos.

Da mesma forma, com a crescente troca e aprendizagem de novos conhecimentos, é a própria natureza do trabalho que vem se modificando. Para Lévy, “trabalhar quer dizer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos” (ibid, p.157).

O novo ambiente digital, o ciberespaço, propicia novas tecnologias intelectuais que, por sua vez, modificam a capacidade cognitiva dos indivíduos no que concerne à memória, imaginação, percepção e o raciocínio, amplificando-a, na maioria das vezes. Deste modo, é necessário construir um novo modelo educativo, uma vez que não é mais possível definições e planejamentos prévios de longo prazo. Da mesma forma, os programas educativos devem valorizar, cada vez mais, as competências e percursos individuais. Para ele:

“No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em “níveis”, organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes “superiores”, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva.” (ibid, p.158)

Lévy considera o espírito e os dispositivos da EAD (ensino aberto e a distância) propícios para este novo estilo de pedagogia. Nele encontram-se favorecidas tanto as aprendizagens individuais quanto a coletiva em rede. O professor, ao invés de transmitir conhecimentos, seria o animador da inteligência coletiva de seus alunos. Um outro aspecto a ser levado em conta, seria o reconhecimento dos saberes de cada um e, ao mesmo tempo, uma orientação no percurso individual para aquisição dos mesmos, função que seria assumida pelos sistemas públicos de educação.

As escolas e universidades não têm mais a exclusividade de serem centros de saber, pois os indivíduos aprendem cada vez mais fora deste sistema acadêmico. O saber fluxo na Internet é a melhor tradução disto. Cada página acessada é apenas um elemento do grande corpo de dados disponíveis, onde tudo se encontra no mesmo plano, sendo, ao mesmo tempo, diferenciado e sem hierarquia. É claro que há problemas neste sentido, tal profusão de conhecimentos, gera um sentimento de desorientação e insegurança, visto que não

é possível dominar tanta informação. O próprio autor admite que: “a emergência do ciberespaço não significa de forma alguma que ‘tudo’ pode enfim ser acessado, mas antes que o Todo está definitivamente fora do alcance” (ibid, p.161). Para não se “afogar” nesse “mar” de informações, estão sendo aperfeiçoados e disponibilizados instrumentos de filtragem e de orientação de navegação no ciberespaço. Além destes mecanismos, ele defende a cooperação e ajuda mútua entre os navegantes do ciberespaço.

Diante desse quadro de mudanças, o grande desafio que se apresenta para o campo educativo, parece ser o de manter atualizadas suas práticas pedagógicas. O saber na cibercultura, caminha na direção das aprendizagens permanentes, através das redes interativas, de maneira personalizada, estimulando a cooperação e a inteligência coletiva. Segundo Lévy, é necessário sair de uma educação meramente institucionalizada, para outra mais aberta e libertária, onde seja possível a troca de saberes entre todos.

### 3.3

#### **As Práticas Leitoras e Escritoras: Roger Chartier e Outras Vozes**

Dois conceitos chaves na abordagem da história cultural são as Práticas e as Representações. Para Roger Chartier, a noção de Representação é tão importante que, por si só, esteve a ponto de designar a própria história cultural. Chartier é uma das principais figuras desta corrente historiográfica, diretor de estudos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, é especialista em história do livro e da leitura. Suas concepções estão na base da compreensão da leitura com um ato concreto, que se manifesta nas relações de apropriação e nos usos diferenciados que dela fazem os leitores. Os estudos do autor, até o momento, voltaram-se para as seguintes áreas de interesse: análise das instituições, de ensino e das sociabilidades intelectuais; investigações sobre a marginalidade, os intelectuais, a passagem da França urbana à vida privada; publicações voltadas para a história da leitura, sempre em confronto com a história do livro, da edição ou dos objetos tipográficos e, ao mesmo tempo, com interrogações à teoria da recepção e à sociologia cultural; análises da cultura política, nas suas várias configurações – dos círculos cortesãos aos meios mais pobres, com uma atenção especial aos discursos escritos e, por fim, reflexões

sobre o ofício de historiador, tanto a partir do exame das condições de produção dos agentes da prática historiográfica, quanto através de uma avaliação dos conceitos e das formas discursivas que fundam essa mesma prática.

Em seu livro “A História Cultural – entre Práticas e Representações” (1988), o autor explica a importância do conceito de representação para os homens do Antigo Regime “quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo” (ibid, id, p.23). Podemos entender, a partir das colocações feitas, que a representação é a maneira como os indivíduos concebem a si e aos outros, e esta formação de sentido depende das relações sociais que se estabelecem e das posições que estes indivíduos ocupam no jogo social. Os discursos, por sua vez, apreendem e estruturam este sentido, este “real”, sendo que a “realidade” não é algo objetivo, fora do discurso e sim construído através da linguagem. Para Chartier, as representações, as práticas e a linguagem ajudam a compreender as relações entre as formas simbólicas e o mundo social. A tarefa principal para a história cultural seria, então, a identificação do modo como uma determinada realidade social é construída, a partir de diferentes épocas, indivíduos e lugares.

Chartier considera importante um retorno aos clássicos das ciências sociais, como Émile Durkheim, Max Weber, Marcell Mauss, Norbert Elias, nos estudos sobre representação. Por exemplo, as representações coletivas, definidas conforme a acepção de Durkheim incorporam nos sujeitos, nas suas maneiras de classificar e de julgar, as diferenças do universo social.

Desta forma, o autor aponta as demarcações classificatórias e perceptivas de cada grupo como se fossem verdadeiras instituições sociais. As representações funcionam, então, como “matrizes” de discursos e de práticas diferenciadas – “mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente, a partir do momento em que comandam atos” (Marcell Mauss, apud Chartier, 1988, p.18). O autor explica que não podemos considerar como dados objetivos nem as estruturas do universo social nem tampouco as categorias intelectuais e psicológicas, pois elas são produzidas na história e através da articulação das práticas discursivas, sociais ou políticas que constroem seus sentidos.

Pensar as ações de ler e de escrever, não é, simplesmente, pensar no ato de codificação e decodificação da palavra escrita. Elas não se dão apenas pelo

domínio alfabético. São, na verdade, construções sociais, dotadas de sentido, vinculadas a determinadas épocas grupos e circunstâncias históricas. Por isso a expressão “encarnadas”, para expressar a idéia de que só adquirem sentido a partir do uso que delas fizeram os homens e mulheres situados em seu tempo histórico.

Nem sempre, no entanto, o estudo das práticas de leitura e escrita levou em consideração este caráter social. Até algum tempo atrás as abordagens tradicionais em relação à história da escrita eram duas: uma consistia em se considerar a paleografia como a arte de ler a escrita e os signos dos documentos antigos e a outra, relacionava-se à história e tipologia das diferentes escritas conhecidas. Para Vinão Frago (2001), “foi uma história descritiva, desgarrada dos contextos sociais nos quais era produzida e utilizada, e pouco atenta à variedade dos seus usos e funções” (ibid, id, p.4). Ao longo dos anos, intensas transformações aconteceram neste campo investigativo. Agora, mais do que distinguir as tipologias gráficas e situá-las no tempo, pergunta-se, também, o “quem” e o “por que” dos testemunhos escritos. Foi importante, também, para a constituição de uma nova historiografia, a concorrência de outras disciplinas como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a lingüística, visando uma melhor apreensão dos fenômenos ligados à escrita. Em outras palavras, a história da cultura escrita, nestes moldes, deve transcender a consideração da escrita como um mero sistema gráfico para questionar principalmente, suas distintas e conseqüentes práticas materiais e suas representações, tendo sempre como referência as respectivas sociedades históricas na qual está imersa. Saber as razões do uso da escrita em cada momento específico, conhecer a distribuição das capacidades de escrever e de ler, as materialidades do escrito e os diferentes lugares, espaços e maneiras nos quais se dão sua recepção e apropriação.

Para fins de estudo e de entendimento, é comum encontrar-se nos trabalhos sobre cultura escrita, a classificação e categorização das sociedades a partir do pressuposto “com e sem escrita”. Assim, seriam chamadas de sociedades de “oralidade primária”, aquelas sem contato com a escrita, as de “oralidade secundária” quando a fala é complementar à escrita, e no intervalo entre ambas, aparecem as sociedades de “oralidade mista”, nos dizeres de Vinão Frago, “quando a influência do escrito segue de forma externa, parcial e com atraso; quer dizer, quando a proeminência social e cultural continua a corresponder aos modos de expressão e pensamentos orais, ao mundo oral” (ibid, id, p.9). Tanto Vinão

Frago (2001), quanto Lèvy (2003), defendem que não se entenda de maneira estanque estas forma de oralidade. Elas, na verdade, se interpenetram, e devem ser vistas numa perspectiva dinâmica, nunca isoladas. Segundo Lévy (ibid), tal classificação “não deve fazer com que nos esqueçamos que cada grupo social, em dado instante, encontra-se em situação singular e transitória frente às tecnologias intelectuais, apenas podendo ser situado, sobre um continuum complexo” (ibid, id, p. 77). Por sua vez, Vinão Frago (ibid) entende que tantas análises sobre as semelhanças e diferenças entre o oral e o escrito, levaram a um enfoque mais comparativo e contrastante entre dois mundos distintos e autônomos, por vezes opostos, ao invés de ressaltarem as interações, empréstimos e influências mútuas. Para ele, deve se reconhecer que existem semelhanças e diferenças, e que estas necessitam ser aprofundadas, mas as relações entre oralidade e escrita “deve ser vista como um processo de ganhos e perdas, de trocas, transformações e efeitos que afetam ambos os modos de expressão e pensamento” (ibid, id, p. 8).

Uma das maiores transformações ocorridas no mundo da escrita foi a invenção da imprensa por Gutenberg, por volta de 1440. Esta nova tecnologia trouxe grandes impactos para a sociedade. Se antes a cópia manuscrita era a forma usual de multiplicação e circulação dos escritos, agora, com a invenção dos caracteres móveis e a prensa, inaugura-se um novo modo de relação com os textos. Entre seus efeitos, ocorreu um aumento da produção de livros e um barateamento do seu custo, o tempo de reprodução também foi reduzido graças ao trabalho da oficina tipográfica. Em meio a tantas mudanças, Chartier (1994) lembra que algumas continuidades foram mantidas. Para ele, “em suas estruturas essenciais o livro não foi modificado pela invenção de Gutenberg” (ibis, id, p.96). Tanto ele quanto Castillo Gómez (2004) concordam que, nesta primeira fase, o livro impresso reproduziu as tipologias e os modos de fazer desenvolvidos nos manuscritos medievais, como por exemplo, a paginação, as escrituras, as aparências e o fato de todo o acabamento ser feito à mão. Além disso, a forma do livro, com suas folhas dobradas e encadernadas, manteve-se a mesma desde a invenção do códex, treze séculos atrás. Mesmo que a ruptura com a cultura do manuscrito não tenha sido absoluta, a imprensa tornou-se, paulatinamente, o modo preponderante de reprodução dos escritos.

Com a crescente urbanização, o aumento da população alfabetizada e o fortalecimento da classe burguesa, a partir do século XVIII, a leitura era vista

como um modo de afirmação de classe instruída, que necessitava escrever e ler ainda mais. Os escritos em gêneros variados, como diários íntimos, cartas, memórias, além daqueles já consolidados como os relatos históricos, romances etc, tiveram seu apogeu. Surgiram os periódicos, os jornais e uma prática coletiva cada vez mais habitual, as sociedades de leitores, algumas com uma grande quantidade de membros. Este avanço da leitura e da escrita dava-se junto às transformações na sociedade como: o desenvolvimento da alfabetização, embora de maneira desigual no campo e na cidade, entre homens e mulheres e entre os diferentes países; a extensão da escola pública; a redução da jornada de trabalho conseguida pelos movimentos de trabalhadores; a paulatina industrialização do setor editorial e o avanço dos métodos educativos.

A Revolução Industrial e as mudanças sociais e políticas que aconteceram no início do século XIX, como o voto universal e a difusão das liberdades de expressão e imprensa, ocasionaram importantes transformações para a cultura escrita. Os novos meios de comunicação e transporte introduziram, por sua vez, uma nova visão de mundo e uma nova noção de velocidade e das distâncias. Os livros, por sua vez, passam a ter uma penetração cada vez maior entre a população.

Em que pesem as diferenças entre as várias regiões do mundo, podemos dizer que todas as nações, hoje, de uma maneira ou de outra, estão diante de uma transformação radical nas formas de produzir, transmitir e receber textos, a chamada Revolução Tecnológica da Informação e da Comunicação. São mudanças nas formas de ler, de escrever e nas operações intelectuais utilizadas neste processo. Ao analisar este momento de mudança, deve-se reconhecer a interferência decisiva das formas materiais sobre a produção de sentido e sobre as práticas leitoras e escritoras. Os textos podem, agora, ser apreendidos através de uma tela, aonde chegam de forma eletrônica. Este novo suporte induz a um tipo de leitura fragmentada e seqüencial, efetuada à medida que “baixamos” o texto na tela do computador, de certo modo, lembra a leitura que se fazia nos rolos antigos de pergaminho ao desenrolá-los na vertical ou na horizontal. Na tela, os textos, são fragmentos que se sucedem, é difícil pensarmos em uma idéia de totalidade ou de completude da obra, como fazemos com o livro impresso. Muda, também, a própria fisiologia do ato leitor, uma vez que não se trata mais de virar uma página com a mão, mas sim, pressionar uma tecla com os dedos para que as “páginas” se sucedam na tela. A possibilidade de interferência no texto eletrônico é muito

maior que no impresso; o leitor pode anotar, copiar, desmembrar, anexar e fazer várias outras operações impossíveis no livro tipográfico, quando ele só podia deixar suas anotações nas margens do livro, entre as linhas ou nas páginas em branco existentes. Diante de tantas possibilidades, o leitor passa a ser, também, autor. Esta categoria, autor, vem se modificando ao longo da história. Chartier (1998) explica que, desde a época medieval até a época moderna foi freqüente se definir uma obra por um caráter ao contrário de uma originalidade. O autor na Idade Média era meramente um escriba da palavra divina. Os textos manuscritos reunidos em uma única obra não deveriam ter, sob nenhuma hipótese, a assinatura identificando seus autores. Só mais tarde, por volta do século XVIII, passa-se à valorização da originalidade, com os autores, a exemplo de Rousseau, tentando viver da sua escrita. Na atualidade, a revolução eletrônica dos textos subverte os conceitos de autoria e originalidade. Milhares de computadores no mundo inteiro estão conectados através da rede Internet que traz possibilidades quase infinitas de informação circulando em alta velocidade. A escrita e a leitura dos sinais digitais estão sempre variando; da estrutura do livro impresso, passamos a uma avalanche iconográfica, numa quantidade enorme de informações que exige novos modelos de geração, processamento e distribuição da informação. Tal situação coloca em xeque as bases do discurso racional, abrindo possibilidades inéditas de novos relacionamentos com a informação e o conhecimento.

Um ponto necessário de inflexão neste perfil da leitura e da escrita é que, sem dúvida, corre-se o risco de uma simplificação e de um reducionismo dos acontecimentos. Por fim, gostaria de justificar o motivo deste “olhar no retrovisor”, desta mirada no passado. Para isso, compartilho do ponto de vista de Chartier:

“Por que esse olhar para trás? (...) Sem dúvida porque a compreensão e o domínio da revolução eletrônica de amanhã (ou de hoje) dependem largamente de sua correta inscrição em uma história de longa duração, que permita medir corretamente as possibilidades inéditas abertas pela numerização dos textos, sua transmissão telemática e sua recepção no computador”.

(Chartier, 1994, p. 103)

É no sentido de compreender as mudanças que vem ocorrendo no universo acadêmico, particularmente nas práticas leitoras e escritoras dos professores em uma universidade, que se situa o presente estudo.